



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT
67ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

CUIABÁ-MT, 12 DE AGOSTO DE 2017

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

Início: 08h37m

Término: 13h25m

1. PRESENCAS:

1.1 MEMBROS DO CAU/MT: Presidente: WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE; Conselheiro Titular: JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS; Conselheiro Titular: JOSÉ DA COSTA MARQUES; Conselheiro Titular: ALTAIR MEDEIROS; Conselheira Suplente: GISLAINE FABRIS; Conselheiro Titular: CARLOS ALBERTO OSEKO JÚNIOR; Conselheira Titular: ELIANE DE CAMPOS GOMES; Conselheiro Titular: FRANCISCO JOSÉ DUARTE GOMES **1.2 EQUIPE DO CAU/MT:** Gerente Geral: LUCIMARA L. FLORIANO DA FONSECA; Secretária Geral: MONICA SOARES DE CAMPOS **1.3 CONVIDADO:** Representante da Aspa: ÉDER BISPO DOS SANTOS; Conselheiro Suplente do Conselho Estadual de Cultura: **CARLOS;** **2 ABERTURA DOS TRABALHOS:** Às 08h37m após a verificação do *quórum*, o **PRESIDENTE** inicia a reunião apresentando o Convidado Éder Bispo dos Santos e comunica a justificativa da ausência do Conselheiro Eduardo na reunião, por motivos de saúde. O **PRESIDENTE** solicita a execução do hino nacional. O **PRESIDENTE** relata que a reunião está sendo transmitida via *internet*. O **PRESIDENTE** faz a leitura da Pauta e solicita acrescenta um item de Pauta, que seria a discussão do exercício profissional e do acobertamento que será relatado pelo Convidado Éder Bispo. O **PRESIDENTE** segue com o item da aprovação da Ata e comenta se há alguma alteração no texto, sendo feita algumas alterações e coloca em regime de votação, a aprovação da Ata 66ª (Julho/2017) da Reunião Plenária Ordinária do CAU/MT, sendo aprovada. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** faz o relato da reunião da CEPUA, onde está tendo o desenvolvimento dos projetos "Cuiabanidade" e "Arquitetos Pioneiros" pelo Conselheiro Benedito Libânio. Relata que houve também uma discussão sobre a lei da regularização. A Conselheira **ELIANE** faz o relato da Comissão Eleitoral, onde houve uma deliberação sobre o desenvolvimento dos processos administrativos e os documentos. Comenta que até o dia 12 será feito o lançamento para as candidaturas. Aponta que houveram duas reuniões, sendo a primeira para escolha da Coordenadora Gicelle Calmon. A Conselheira **ELIANE** faz o relato da reunião de Exercício Profissional, onde na última reunião foram trabalhados os processos e faz a Comissão refletir que os profissionais precisam estar mais atentos com suas responsabilidades. A Conselheira parabeniza a equipe da Fiscalização pelo trabalho realizado, tanto na fiscalização de denúncias, quanto no envio das Cartas Convites. Aponta que a Comissão deliberou pela indicação de dois membros para comporem a comissão encarregada de revisão da Planta Genérica de Valores de Cuiabá/MT, sendo o Conselheiro Titular Altair Medeiros e a Conselheira Suplente Eliane Gomes. A Conselheiro **ELIANE** relata que estará participando da Comissão de Harmonização CREA-CAU, junto com o Conselheiro Altair. O **PRESIDENTE** comenta que os Conselheiros foram escolhidos, pois já são membro da Comissão da LITE e o CREA e CAU irão trabalhar para montar uma estratégia de fiscalização dos edifícios em Cuiabá/MT, para cumprimento da lei. O Conselheiro **ALTAIR** relata que essa lei dos trabalhos de inspeção predial, menciona apenas os profissionais do CREA, não incluindo os do CAU, sendo a estratégia dos trabalhos a alteração da lei. O **PRESIDENTE** relata que será feita uma estratégia nos trabalhos também, para que não haja conflito nas ações da fiscalização. A Conselheira **ELIANE** relata que sobre a reunião da Comissão Interdisciplinar, gostaria de agradecer a presença da Conselheira Gislaíne em uma reunião em SINOP/MT, onde houve uma proposta de alteração na lei de todas as normas das madeireiras. A Conselheira **ELIANE** relata que o CAU/BR solicitou a criação de uma Comissão Federal sobre a revisão da Norma Brasileira, onde o CAU deverá estar presente. O **PRESIDENTE** relata que após o incêndio na Boate Kiss, o Congresso Nacional se envolveu na melhoria das leis que tratam sobre segurança e combate a incêndio e que tenha uma Comissão em todos os Estados para análise das leis locais. O Conselheiro **ALTAIR** faz o relato da Comissão de Aquisição do Imóvel e comenta que pontuou nas discussões da reunião sobre a questão do recurso necessário, mas



que o CAU está tendo uma despesa muito alta. Aponta que a maior despesa seria com o aluguel e que
57 foi previsto desde 2012. Relata que na última reunião, o Conselheiro Eduardo propôs uma possível cons-
58 sulta aos profissionais e comenta que foi contrário a essa proposta, pois fugia do objetivo principal que
59 seria sair imediatamente do aluguel. O Conselheiro **ALTAIR** relata que há o valor disponível para investir
60 em um imóvel e sair dessa despesa do aluguel e que a ideia de fazer uma Consulta Pública com 2.000
61 profissionais vai abrir para mais opções ainda. Acredita que os Conselheiros têm essa responsabilidade.
62 O Convidado **ÉDER** aponta que o Conselho de Arquitetura é uma Autarquia Federal que pertence a
63 sociedade, com a finalidade de regulamentar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional. Comenta que
64 a lei, o Código de Ética precisa ser revisado, pois está passando por um momento crítico. Relata que
65 todas as questões discutidas em Plenária devem ser levadas para a sociedade e que a questão da aqui-
66 sição de um imóvel, trata-se de verbas públicas, deve ser exigida a transparência e de forma democrática.
67 O Convidado **ÉDER** relata que consultar a população não é um ônus e que consultar a população, com
68 um parecer jurídico do CAU, sendo inoportuno essas questões serem discutidas no período eleitoral.
69 Aponta que a sede é a imagem do Conselho e na época do Presidente Wilson, foi alugada a casa da
70 sogra da Conselheira Cássia, no dia 06 de Dezembro sem terem assumido. O Convidado **ÉDER** relata
71 que solicitou que não fizessem isso e que sempre acreditou que essa ideia era um absurdo. Acredita que
72 a Comissão deve ouvir a sociedade para não perder a autoridade. Aponta que o Conselheiro Altair tem
73 essa angústia, mas trata-se de um trabalho com planejamento, estabelecimento dos objetivos, sendo
74 muito mais simples do que parece. Comenta que as discussões demoram por falta de planejamento e
75 que existem muitas ideias boas, não custando nada fazer essa Consulta. O Convidado **ÉDER** relata que
76 desde o tempo que era Conselheiro, sempre participou de reuniões improdutivas, onde as coisas não
77 acontecem. O Conselheiro **FRANCISCO** faz o relato da reunião da CAF, onde houve a distribuição de
78 processos de pedido de parcelamento de anuidades para análise; a análise da Prestação de Contas
79 Trimestral; início dos trabalhos do Plano de Ação; leitura do Relatório da Auditoria e suas recomendações
80 e o início da revisão do Regimento Interno. O **PRESIDENTE** inicia os relatos da Presidente, onde escl-
81 arece uma dúvida suscitada pelo Conselheiro Altair em um grupo *What's app*, sobre a necessidade de
82 adaptação do espaço aos PNE's. O **PRESIDENTE** esclarece que desde que assumiu a Gestão, vem
83 tentando resolver essa questão, pois tinham uma visão de solução, marcaram uma Audiência com o MP
84 que demorou muito para acontecer. Aponta que a mesma aconteceu no dia 21 de Julho e que foi relatado
85 o fato a Procuradora, da intenção de compra do imóvel e que o processo da reforma do banheiro já está
86 em andamento no CAU. Comenta que a mesma se desculpou pela demora na Audiência e que sugeriu
87 que o CAU assine um TAC com o MP e o Presidente acatou. O **PRESIDENTE** relata que foi estendido
88 ao prédio todo, pois não tem elevador com som, piso tátil e ausência de banheiros PNE, sendo uma
89 proposta a ser levada a Prefeitura, para que o habite-se já tenha essa recomendação. O Convidado
90 **ÉDER** relata que fez essa denúncia ao MP na época e que tem um filho com deficiência física e que
91 conhece essa realidade. Aponta que solicitou a acessibilidade e que não acredita que seja apenas um
92 banheiro para cadeirante. Comenta que se é obrigação do CAU fazer, pois no momento é uma vergonha
93 e o Conselho não deveria nem ao menos funcionar. O Convidado **ÉDER** comenta que certas discussões
94 não devem ser tratadas internamente, pois são públicas e aponta que fez essa denúncia e que vai cobrar
95 o CAU, até o dia que for promovida a acessibilidade. O Convidado aponta que trata-se de uma questão
96 de dignidade e respeito. O **PRESIDENTE** esclarece que a denúncia feita pelo Convidado Éder nos autos
97 do processo do MP, seria anterior a locação do prédio pelo CAU, pois também houve uma outra denúncia
98 do imóvel anterior, da rampa. O **PRESIDENTE** concorda com a indignação do Convidado, pois esse
99 processo está tramitando desde 2012 e que o CAU foi além da sua denúncia para que o edifício Top
100 Tower tenha acessibilidade. O Convidado **ÉDER** relata que na próxima reunião vai trazer sua denúncia,
101 pois foi feita sim para o edifício atual, mas qualquer coisa protocolará novamente no MP. O **PRESIDENTE**
102 comenta que ficou decidido pela adequação do espaço público, incluindo o acesso para os deficientes
103 físicos, o elevador com som para o deficiente visual, tendo um encaminhamento para a solução que foi
104 ampliada ao prédio. O **PRESIDENTE** relata que o CAU não foi obrigado a assinar o TAC, foi uma intenção
105 na Ata de reunião e que concordou por ser uma obrigação e que a benfeitoria ficará para o locatário. O
106 Convidado **ÉDER** aponta que não cabe ao CAU recursar um pedido do MP. O **PRESIDENTE** continua
107 seus relatos e comenta que o CAU seria a única profissão efetivamente vinculada as Prefeituras, onde
108 as leis são incompatíveis, tendo muita discussão sobre isso. Aponta que participou de um evento em
109 Recife/PE, a partir de um acordo com todos os Presidentes e que ficou evidente a discussão sobre cida-
110 des, saneamento, energia, meio ambiente e o reconhecimento da importância do CAU. Relata que a
111 Confederação Nacional dos Municípios fez uma roda de diálogo em Campo Grande/MT, onde também
112 participou, com esse mesmo propósito e novamente a Associação dos Municípios colocando o CAU e o



114 trabalho dos Arquitetos em evidência. O **PRESIDENTE** comenta que tem feito esse trabalho de articula-
115 ção com a sociedade, com os órgãos públicos, levando os trabalhos de Arquitetura para conhecimento
116 de todos. Relata que no Planejamento Estratégico, existe a menção ao trabalho de Assistência Técnica
117 que deve ser executado e que o CAU está fechando uma parceria com a UFMT e a UNEMAT para pro-
118 mover uma qualificação inicial, de como é a competência do profissional de Arquitetura atuando nesse
119 segmento. O **PRESIDENTE** aponta que fizeram uma reunião, onde evoluíram nos trabalhos e que será
120 apresentado posteriormente na Plenária. Acredita que vai depender do poder público essa iniciativa da lei
121 de Assistência Técnica, pois melhorar a habitação, acaba sendo uma questão de saúde, segurança e
122 bem estar da comunidade. O Convidado **ÉDER** acredita que o trabalho deve "tocar na ferida", pois não
123 trata-se de uma questão moral ou ideológica e o que o Presidente está apontando tem um fundo ideoló-
124 gico. Aponta que tem a questão prática, do exercício profissional e do dia a dia dos Arquitetos. Acredita
125 que assim, o CAU não estará falando a mesma linguagem da população e sim, para um público específico
126 do passado. O Convidado **ÉDER** relata que a habitação nunca foi um problema no país, pois há excelen-
127 tes Arquitetos no país e questiona, quando o CAU vai tomar essa consciência? Comenta que o problema
128 seria político e estrutural e acredita ser uma perda de tempo fazer esse tipo de trabalho. O Conselheiro
129 **FRANCISCO** acredita que uma Reunião Plenária deve seguir uma certa coordenação, não devendo ex-
130 trapolar a palavra a qualquer momento, pois a Pauta deve ser cumprida. Aponta que as opiniões são
131 boas e o Presidente relata que esse momento é de comunicação, sendo interessante trazer para o debate,
132 mas no momento. O Convidado **ÉDER** solicita, em nome da Associação de Arquitetos, uma reunião do
133 CAU com os Arquitetos, para discutir esses assuntos. O **PRESIDENTE** relata que será realizado um
134 evento para tratar desses assuntos e aponta que apenas fez um relato, não fez nenhum projeto, está
135 sendo trabalhado um evento, onde o CAU/MT não está aderente a uma ideologia, mas sim por alternati-
136 vas de resolução de problemas. O **PRESIDENTE** comenta que a consciência é um trabalho contínuo a
137 ser realizado e que perder tempo, faz parte do jogo, pois precisa desse trabalho de conversa e conven-
138 cimento. O **PRESIDENTE** relata que a atuação do CAU está vislumbrando oportunidades para todos os
139 segmentos e esse evento será trabalhado neste sentido, dando opções para os trabalhos. O **PRESI-
140 DENTE** relata que como estão em período eleitoral, não quer deixar a Gestão do CAU como um palanque
141 político e que a compra do imóvel pode parecer política. Aponta que a intenção é fazer uma aquisição do
142 imóvel consciente e que como seu nome estará registrado, que seja feita uma compra consciente. O
143 **PRESIDENTE** comenta que está havendo uma evolução no diálogo com a sociedade e o poder público.
144 O **PRESIDENTE** passa a palavra ao Convidado **Éder**, para fazer o relato dos seus pontos de Pauta como
145 solicitado. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que nunca aconteceu de uma fala ser grampeada, da
146 forma como foi feita pelo Conselheiro Francisco ao Convidado **Éder**. Relata que gostaria de registrar o
147 seu protesto, de desligar o microfone enquanto outra pessoa está com a palavra, devendo ser usado
148 argumentos. Aponta que não se deve desligar o microfone, enquanto outra pessoa está com a palavra e
149 sim, usando de argumento da forma correta. O Conselheiro **FRANCISCO** concorda com o argumento do
150 Conselheiro José da Costa, mas que foi um momento de extrema indignação com a situação e pede
151 desculpas ao Convidado **ÉDER**. O **PRESIDENTE** relata que cabe a sua função organizar os trabalhos e
152 que deve ser solicitado. O Convidado **ÉDER** comenta que tinha conversado com o Presidente e o Con-
153 selheiro Eduardo, antes mesmo de representar a Aspa e que foi bem recebido por eles, sem falta de
154 respeito. Acredita que esse é o caminho, mas para os outros que não concordam, deixa sua história no
155 CAU que está registrado em Ata. Aponta que todas as suas contribuições foram feitas em conjunto, que
156 toda a sua contribuição foi feita sem ganho político e que sempre foi perseguido, maltratado e que tenta-
157 ram até cassar o seu mandato. O Convidado **ÉDER** relata que a primeira reunião do CAU/MT, foi histórico
158 e vergonhoso, onde no dia anterior, foi feita uma reunião dos Conselheiros em um restaurante, para
159 eleger o Presidente Claudio na época. O Convidado comenta que na primeira reunião foi feita apenas
160 uma encenação da eleição do Presidente. Aponta que nunca vendeu o seu voto e sua dignidade e que
161 está representando a Aspa, mas não como político e exige respeito. Relata que em nenhum momento
162 fala bobagem, apenas coisas pertinentes e que fala com veemência, pois não existe outro espaço de
163 discussão, já que o CAU não conversa com a sociedade e com os Arquitetos. O Convidado **ÉDER** solicita
164 essa reunião para conversarem sobre as suas dificuldades, fazendo o que é de direito na lei, onde ao
165 CAU regional cabe fiscalizar e levar as ideias da sociedade. O Convidado comenta que estudou a legis-
166 lação e nunca brincou de ser Conselheiro. Relata que o fato de desligarem o seu microfone, não o sur-
167 preende. O **PRESIDENTE** relata que o CAU fez vários cursos, eventos e contatos com os profissionais,
168 onde poucos tiveram a oportunidade de manifestar a sua opinião. Aponta que não existe essa barreira e
169 que cada Conselheiro tem as suas convicções, sendo interessante prevalecer um meio termo. O **PRESI-
DENTE** acredita que talvez estejam pecando nestas divulgações e que a Comunicação será avisada



170 sobre isto. Comenta que a participação do Convidado Eder contribui para os trabalhos, que as Entidades
171 serão convidadas para comporem o CEAU, sendo um espaço de abertura para debate. Aponta que não
172 corrobora com a ideia de que o CAU é fechado e que muitas vezes fizeram eventos, para esse diálogo
173 com os profissionais. O Convidado **ÉDER** relata sobre a questão do acobertamento e comenta que tem
174 presenciado o trabalho de profissionais que não são Arquitetos, com apoio de profissionais assumindo
175 responsabilidade. Acredita que trata-se de um crime previsto em lei e que há muitos leigos em atividades.
176 Questiona como o CAU e o MP solucionarão esta questão? O Convidado comenta que essa questão é
177 muito importante, muito mais do que outras discutidas pelo CAU. Aponta que existem colegas cobrando
178 R\$ 2 mil em projetos de casas, sendo muito triste e também o cliente fazer esse tipo de contratação. O
179 Convidado **ÉDER** relata que o CAU tem a obrigação de se posicionar de forma contundente. Comenta
180 que tem um profissional com esse tipo de serviço divulgando na cidade inteira através de placas e o CAU
181 não se manifesta. Acredita que o CAU/MT precisará pegar na mão do Fiscal para fazer essa ação de
182 fiscalizar e questiona como pode em todos esses anos, essa pessoa se popularizar? Questiona, onde
183 estaria o Conselho de Arquitetura com a Fiscalização? O Convidado **ÉDER** comenta que no tempo do
184 CREA, uma obra de 15 dias sem placa seria autuada pelos Fiscais. Relata que irá cobrar do CAU sobre
185 esse tipo de abuso, pois a sociedade precisa dessa resposta. Comunica que foram feitas duas denúncias
186 no mês de Janeiro, em que o CAU ainda não tomou nenhuma providência. O Convidado **ÉDER** relata
187 que atrelado a isto, existe a questão do exercício ilegal da profissão, a figura do Designer e como o CAU
188 deveria orientar os profissionais sobre as responsabilidades do Arquiteto no âmbito jurídico. O Convidado
189 comenta que se preocupa com a questão salarial e o pagamento do salário mínimo da profissão, sendo
190 uma questão ética tratar os colegas por igual, pois é uma exploração do profissional. O Convidado **ÉDER**
191 acredita que o CAU deve tomar providências sobre isso, pois o Arquiteto precisa se atualizar, viajar e ter
192 estrutura para trabalhar, valorizando o profissional. O **PRESIDENTE** agradece o Convidado Eder pelas
193 suas colaborações e relata que já está sendo feito um levantamento da questão do acobertamento e que
194 foram identificados alguns colegas formados em Arquitetura, sem registro no CAU e vendendo projetos
195 como Arquiteto. O **PRESIDENTE** acredita que não deve haver generalização, sendo contra a sua convic-
196 ção o CAU ser impositivo, fazendo uma fiscalização predatória. Comenta que após a edição da Resolução
197 91 foi feito um diálogo maior com os profissionais e que já está dando resultados. Aponta que a questão
198 salarial é um problema sério, tendo que envolver a FNA e o Sindicato, pois salário está mais relacionado
199 ao Sindicato e ao CAU. Comenta que se o CAU verificar que o salário está abaixo e vai fazer autuação e
200 o Sindicato irá mencionar o MP. O **PRESIDENTE** relata que agora com as alterações na lei e a flexibili-
201 zação do empregador e do empregado, prefere trabalhar no que cria problema, não cabendo ao CAU
202 intervir em questões legalistas. Acredita que esse debate tem que sair da Comissão de Exercício Profis-
203 sional e destaca o trabalho da Associação agindo pela sua intenção de grupo, tendo mais independência
204 e liberdade. A Conselheira **ELIANE** relata que vai levar para a CEP essa discussão e também da Fisca-
205 lização cobrar o nome do profissional e a questão do Alvará de Obras, sendo uma exigência dos condo-
206 mínios. A Conselheira comenta que o CAU não pode julgar os processos dos Designers e sim o MP. O
207 **PRESIDENTE** comenta que ficou impressionado, que na última semana recebeu várias denúncias e que
208 as pessoas estão se indignando e procurando o Conselho. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata sobre
209 a questão da deterioração da profissão, onde é muito grave, principalmente no interior do Estado. Faz a
210 leitura de uma pesquisa que foi feita, onde foi indagado: "Quanto você acha justo, cobrar por um projeto
211 arquitetônico?". O Conselheiro comenta que 53% acham justo cobrar R\$ 45,00 pelo projeto completo e
212 foi indagado quanto o profissional cobra, tendo como resposta em 11% cobrando R\$ 10,00; 34% cobrando
213 R\$ 25,00 e 23%, R\$ 30,00. Aponta que 57% dos entrevistados são responsáveis técnicos pela obra sem
214 cobrar nada. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta sobre a importância de se ter a Tabela de Honorá-
215 rios impressa e principalmente para as licitações, onde precisa-se de um preço referencial e como não
216 tem há, recorrem as referências dos Engenheiros, pois está escrita. Concorde que a profissão está se
217 arruinando. A Conselheira **ELIANE** relata que foi sugestão do Presidente fazer a votação na CEP, daquela
218 Tabela que foi elaborada pelo CAU/CE, tendo também sido deliberada pelo CAU/MT. O **PRESIDENTE**
219 corrigi a citação da Conselheira, onde foi feito um trabalho pelo CAU/CE com exemplos de aplicabilidade
220 da Tabela com padrão de casa, dando o preço, sendo um exercício. O **PRESIDENTE** faz uma conta
221 rápida com os valores apresentados pelo Conselheiro José da Costa e retirando todos os custos com
222 funcionários e outros gastos, o profissional acaba ficando no prejuízo. O **PRESIDENTE** comenta que o
223 curso de Tabela de Honorários prevê uma orientação dos custos que o profissional vai ter, para que se
224 tenha o preço justo. O Convidado **ÉDER** relata que o problema da Tabela do CAU, foi a pouca dedicação
225 das pessoas e que no seu escritório dedicou para entendê-la. Aponta que a Tabela considera o trabalho
226 do profissional, tendo toda a parte de insumos, encargos, que serão utilizados como formadores de preço.



228 **PRESIDENTE** comenta que está feito um trabalho nas Universidades sobre o Código de Ética, a Tabela
229 de Honorários e outros assuntos. Aponta que o caminho é de discussão mesmo em todas as Entidades
230 de Arquitetos. O **PRESIDENTE** agradece as contribuições do Convidado Éder. **ORDEM DO DIA:** O Con-
231 selheiro **ALTAIR** faz o relato do processo de Prestação de Contas dos meses de Abril, Maio e Junho/2017.
232 (Fala do Conselheiro Altair inaudível). O Convidado **ÉDER** acredita que o valor para as Entidades está
233 abaixo do que as ações precisariam e o Presidente comenta que há um equívoco nesses dados, pois
234 esse valor mencionado é do Patrocínio. O **PRESIDENTE** relata que o Orçamento está feito e não haverá
235 gastos maiores e essa possibilidade de gerar déficit não existe, pois podem ser feitas Reformulações. O
236 Conselheiro **ALTAIR** relata que o CAU gastou mais, por isso foi feita uma Reformulação recentemente e
237 o Presidente comenta que o que foi gasto e o orçado são coisas diferentes, pois são práticas administra-
238 tivas realizadas para equilibrar as eventualidades. (Fala do Conselheiro Altair inaudível). O Conselheiro
239 **FRANCISCO** comenta que na Contabilidade Pública se parte de um Orçamento anual com todas as
240 despesas programadas, estimando uma arrecadação X, cabendo a CAF fazer essas análises pontuais,
241 do projetado de recebimento, do projetado de gastos, para adequar o gasto às despesas. O Conselheiro
242 relata que não se pode gastar mais do que se orça, caso contrário é tratado como problema de polícia.
243 O Conselheiro **FRANCISCO** aponta que farão uma nova Reformulação para ajustes e a Contabilidade e
244 a Auditoria que cuidam dessas informações de valores. O Conselheiro comenta que trata-se de uma
245 análise muito intrínseca da Comissão e se basear no parecer do Relator para concluir as informações. O
246 Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** entende que a questão não trata-se apenas da queda da receita, mas
247 está centrado no aumento da despesa que não estava prevista, sendo um procedimento incorreto, pois
248 se já tinha um Orçamento aprovado e houve um aumento da despesa, trata-se de um problema do Con-
249 selho. (Fala do Conselheiro Altair inaudível). A Gerente Geral **LUCIMARA** relata que a reserva de contin-
250 gência não foi utilizada, como mencionado. (Fala da Gerente Geral Lucimara inaudível). O **PRESIDENTE**
251 relata que a reserva de contingência somente será utilizada em casos emergenciais e que o Conselheiro
252 Altair partisse para a conclusão do seu relato. O Convidado **ÉDER** questiona sobre os valores mostrados
253 de diárias e passagens de Conselheiros e convidados, tendo valores significativos e que chamou sua
254 atenção. (Fala do Conselheiro Altair inaudível). O **PRESIDENTE** comenta que são despesas com pales-
255 trantes. (Fala do Conselheiro Altair inaudível). O **PRESIDENTE** relata que no primeiro semestre não foi
256 gasto nem a metade do orçado e se começar a sobrar esse dinheiro, faz-se uma readequação, indo os
257 valores para outra conta que está necessitando de mais recurso. Aponta que a movimentação no Orça-
258 mento é legal. O Convidado **ÉDER** relata que no seu mandato como Coordenador da Comissão de Ética,
259 não fez nenhuma viagem e não entende como a CED faz tantas reuniões em vários Estados. O **PRESI-**
260 **DENTE** comenta que o CAU/MT não tem corroborado com essas participações. O Convidado aponta que
261 a Conselheira Federal do CAU/MT faz essas viagens e que gostaria que os valores estivessem melhor
262 detalhado, pois recebe cobrança dos colegas. O **PRESIDENTE** relata que está tudo detalhado no Portal
263 da Transparência. O Convidado **ÉDER** comenta que no final da Gestão quando era Conselheiro, utilizou
264 do CAU em deslocamentos apenas R\$ 2.500,00 e que tinham colegas que tiraram R\$ 45 mil, onde todos
265 desenvolviam as mesmas funções. Aponta que na época não fazia questão de entender, pois vinha pre-
266 star serviço social ao CAU. O Convidado aponta que não tem lógica essas viagens da Comissão de Ética,
267 podendo ser feito em vídeo conferência, sendo ultrapassado. O Convidado **ÉDER** acredita que o treina-
268 mento tem que reverter na qualidade do serviço, por exemplo, o pessoal da Fiscalização se está fazendo
269 algum treinamento, não está funcionando, pois há denúncia feita desde Janeiro e até agora sem nenhuma
270 ação. Aponta que em uma denúncia de Fiscalização tem por exemplo, funcionário Wallace, e questiona
271 o que ele fez? Comenta que no parecer não tem nada e as vezes pagar treinamento para essas pes-
272 soas...Questiona quantas viagens fez o Wallace? Quanto que o CAU investiu no Wallace até hoje? E qual
273 o retorno que as vezes o funcionário deu para o CAU? O Convidado **ÉDER** comenta que o funcionário
274 tem que dar resultados e ter metas, sendo um investimento sem retorno. O **PRESIDENTE** aponta que
275 muito do gasto deste ano, foi em decorrência da mudança da Fiscalização, havendo mais deslocamento
276 e o retorno financeiro é um processo. Comenta que o programado orçado englobou todas essas ações.
277 O Convidado **ÉDER** relata que fazem viagens mas não há prestação de contas, sendo um absurdo, pois
278 está na lei e questiona se há um processo? O **PRESIDENTE** acredita que cada Conselheiro e cada
279 funcionário do CAU, quando participam dessas reuniões, vão para agregar conhecimento aos seus tra-
280 balhos. Aponta que na última reunião da CEP, a funcionária trouxe um relatório para melhorar os trabalhos
281 da Comissão. O **PRESIDENTE** comenta que na Pauta da Plenária do CAU/BR terá uma discussão de
282 vídeo conferência e reduzir o custo. Aponta que gostaria de voltar para a Pauta para aprovar a Prestação
283 de Contas. O Conselheiro **ALTAIR** faz a leitura do seu parecer sobre a Prestação de Contas: "Após
analisar os documentos anexados no processo, referente ao balancete do segundo trimestre, apresenta



285 Os resultados de mês do segundo trimestre de 2017 do CAU/MT: 1.Receita: A arrecadação até junho de
286 2017 atingiu o valor de R\$ 1.478.585,81 equivalente à 31,52% da proposta orçamentária de 2017, que
287 foi de R\$ 4.690.576,39, é bom salientar que deste valor R\$ 2.036.875,39 é capital aplicado para investi-
288 mentos e o restante é Receita Corrente no valor de R\$ 2.653.701,00. 2.Despesas: (Empenhadas, Liqui-
289 dadas, Pagas). 2.1 Despesas Empenhadas: Aquelas em que a dotação orçamentária fica vinculada du-
290 rante o exercício e vão sendo utilizadas ao longo do ano. 2.2 Despesas Liquidadas: Aquelas que a medida
291 que vão sendo executadas, procedemos sua liquidação. 2.3 Despesas Pagas: Aquelas que fecha o ciclo,
292 após a efetivação do pagamento, que envolve apenas o financeiro do CAU/MT. 3. Resultado Orçamen-
293 tário: O CAU/MT obteve um superávit orçamentário em relação as liquidações, no valor de R\$ 256.466,63
294 ou seja, é a diferença entre o valor total arrecada até junho de 2017, que foi de R\$ 1.478.585,81 e o valor
295 total liquidado, que foi de R\$ 1.222.119,18. 4.Saldo disponível: O saldo bancário que passou para o mês
296 de julho foi de R\$ 2.454.980,87. 5. Comparativo da receita arrecada e despesa realizada nesse período
297 2016/2017. 6. Recomendações e alerta: Comparativo do período de 2016 com o período de 2017. Arre-
298 cadoação: Aumento médio 5,18%. Despesa: Aumento médio de 28,27%. Alerta: Despesa com Pessoal-
299 Lei de responsabilidade Fiscal (Fase Liquidado). A receita líquida ficou comprometida com a despesa de
300 pessoal. Em 44,21% do realizado até junho de 2017. Conclusão: Conforme o parecer contábil, na qual,
301 não foi constada nenhuma falha nas peças que compõem o Balancete do CAU/MT, referente ao segundo
302 trimestre (Abril, Maio e Junho), votamos pela aprovação da prestação de contas em referência, recomen-
303 dando atenção à diminuição da arrecadação e o aumento das despesas e atenção especial ao aumento
304 considerável das despesas com pessoal." O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que no exercício
305 de 2016 fez parte da CAF e haviam os seguintes números com relação a gasto com pessoal, de 50%,
306 sendo uma preocupação para cumprir a lei de responsabilidade fiscal. Questiona que se em 2016, o CAU
307 já estava com 50%, como houve um aumento de 28% de pessoal sem aumento da arrecadação e conti-
308 nuou com 51%? O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que confia no trabalho da equipe que fez esse
309 estudo, pois são pessoas com habilidade incrível para análise, como o Conselheiro Altair, o Francisco e
310 a Eliane. O Conselheiro aponta que os encargos não fazem parte disso e nem os estagiários e não sabe
311 como essa matemática fechou. (Fala do Conselheiro Altair inaudível). O Convidado **ÉDER** relata que
312 solicitou a funcionária Lucimara acesso aos processos de diárias e passagens, formalmente, mas acredita
313 que esses processos são públicos. O **PRESIDENTE** aponta que o horário é inadequado, pois as funcio-
314 nárias estão assessorando a Plenária, mas em outro momento o Conselheiro pode analisa-los. O Convi-
315 dado **ÉDER** relata que na segunda-feira, no primeiro horário, pegará os processos e o Presidente relata
316 que os mesmos não podem sair do CAU. O **PRESIDENTE** sugere que o Convidado faça um requerimento
317 à Presidência, para disponibilizá-los, pois nem mesmo a Auditoria oficial, faz solicitações sem requeri-
318 mento. Aponta que todos os documentos estão no Portal da Transparência. O **PRESIDENTE** segue com
319 a votação, com a aprovação do Relatório de Prestações de Contas Trimestral dos meses de Abril, Maio
320 e Junho/2017 sob Protocolo de nº 548304/2017, com voto favorável dos Conselheiros Altair, Carlos, Eli-
321 ane, Francisco, Gislaíne, José Antônio e uma abstenção do Conselheiro José da Costa, sendo aprovado.
322 O Convidado **ÉDER** relata que no Portal da Transparência, a última Prestação de Contas de diárias e
323 deslocamento é do mês de Maio. O **PRESIDENTE** comenta que há um prazo legal para fazer essas
324 atualizações de informações. O Convidado **ÉDER** comenta que por causa de problemas técnicos, sua
325 fala foi cortada da Plenária que participou e sua imagem, mas só aconteceu com sua pessoa. O **PRESI-
326 DENTE** comenta que caiu o sinal da internet naquele momento. A Gerente Geral **LUCIMARA** faz um
327 relato simples do relatório da Auditoria Independente, onde o Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
328 publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC
329 TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação
330 de informações contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A Gerente Geral relata que
331 não houve pontos de recomendação trabalhista, financeiro e administrativo. Comenta que como os crité-
332 rios para elaboração do orçamento é realizado pelo CAU/BR, os apontamentos serão encaminhados a
333 eles. Aponta que parte da T.I. está sendo implementada. O **PRESIDENTE** informa que na próxima Audi-
334 toria será observado se o CAU cumpriu com as recomendações, caso contrário, pode ser repassado ao
335 Tribunal de Contas alertar o CAU/BR. O **PRESIDENTE** aponta que o Conselheiro Altair fará o relato do
336 protocolo que deliberou pela Consulta Pública de 03 opções de imóveis para votação entre os profissio-
337 nais, através das mídias do CAU/MT, e o e-mail. (Fala do Conselheiro Altair inaudível). O **PRESIDENTE**
338 entende que foi aprovado pela Consulta Pública e a providência será estabelecer... (Fala do Conselheiro
339 Altair inaudível). O **PRESIDENTE** questiona como o voto da Comissão foi incompleto? (Fala do Conse-
lheiro Altair inaudível). O **PRESIDENTE** sugere que a proposta seja retirada de Pauta, por estar incom-

h



340 preto. (Fala do Conselheiro Altair inaudível). O Convidado **ÉDER** gostaria de relatar novamente, sua in-
341 dignação por ter sua fala cortada na Reunião Plenária que participou, sendo inadmissível, pois apenas
342 foi a sua fala. Aponta que essas preocupações trazidas foram recolhidas ao longo dos dias, com os
343 colegas. O **PRESIDENTE** informa que foi um erro na transmissão da internet, mas que na Ata a fala foi
344 transcrita, pois a gravação foi mantida. O Convidado **ÉDER** relata que gostaria de estabelecer um com-
345 promisso, pois quando participa das reuniões, não perde seu tempo e que seria um anseio de todos os
346 colegas. Aponta que irá cobrar sobre o acobertamento, o exercício ilegal da profissão, da transparência
347 e da publicidade dos documentos, da Prestação de Contas, sem deixar dúvida na aplicação do dinheiro.
348 Comenta que quando solicita informação a funcionária Lucimara, ela é burocrática e não democrática.
349 Aponta que não está pedindo nada sigiloso e não verifica isso com um bom indício, pois quando se solicita
350 uma informação, ela está disponível. Acredita então que os documentos podem não estar corretos, sendo
351 o pré-julgamento que faz, que vai em função pela falta de transparência. O Convidado **ÉDER** comenta
352 que a questão da Fiscalização é fundamental, pois não faz sentido e não cumpre com a sua função.
353 Aponta que passou por um processo de entendimento do Conselho na primeira Gestão e que foi entregue
354 organizado para a próxima Gestão. O Convidado relata que não pode ver uma denúncia do mês de
355 Janeiro sem nenhum andamento e que o Presidente deve chamar o funcionário responsável para escla-
356 recimento. Aponta que não pode aceitar que em frente ao Conselho, há uma placa de arquitetura irregular,
357 onde o Fiscal não verifica e que tem saudade do CREA. O Convidado **ÉDER** relata que trata-se de um
358 problema do Conselho e enquanto não entender, que sua finalidade não é apenas burocrática, com uma
359 Gestão ultrapassada, com metodologia ultrapassada, princípios morais, sem implementação da democ-
360 racia. Aponta que deve ter respeito no que o colega fala, anotar as demandas e justificar nas próximas
361 Plenárias, sendo algo mais evoluído para o Conselho e não essa questão política ultrapassada, com
362 muitas amarradas. O Convidado **ÉDER** relata que a Aspa surgiu, pois detectaram um problema entre os
363 colegas e tentaram solucioná-lo e acredita que devem ter representatividade, um Conselho próximo au-
364 xiliando para que os Arquitetos saiam dessa condição de inferioridade. Acredita que as vaidades devem
365 ser largadas, os interesses políticos e que tinha vários Conselheiros da Gestão passada que queriam
366 cargo público. O Convidado **ÉDER** comenta que fez um grupo para estudo das obras da Copa do Mundo
367 e que houve uma reunião de baixo nível, onde uma Conselheira queria retirá-lo da reunião para engavetar
368 os processos. Relata que o Conselho é submisso a essa gente, não assumiu o seu papel com dignidade
369 e que na cidade não há nenhuma árvore mais e como pode um Conselheiro, um Arquiteto sentar nessa
370 "porcaria" e defender essa gente. Aponta que estão tranquilos e questiona se não tem filhos ou netos, se
371 não andam pela rua e questiona se o Conselho assumirá seu papel ou defender essa luta de fiscalizar,
372 regulamentar e que não vai mais conversar fiado. O Convidado relata que não vai mais ficar esperando
373 um Fiscal sentado e não ir para rua, onde a denúncia está fundamentada e questiona o que fica fazendo
374 essa gente? O Convidado **ÉDER** se desculpa pela veemência das palavras, mas o Conselho está apático
375 e tem que fazer algo. Aponta que não deixará sua profissão morrer, mesmo sem a ajuda do CAU, vai
376 reunir um grupo para não morrer e perder a dignidade da profissão. Relata que essa gente que se apro-
377 priou da cidade, continua vivendo nessa sujeira, na bagunça e nesse calor infernal. Comenta que o Con-
378 selho não pode ser esse grupo. Aponta que o CAU é fundamental para a construção de uma cidade
379 decente, digna e humana. Comenta que não trata-se de crítica pessoal, mas para construção de uma
380 nova possibilidade. O **PRESIDENTE** acredita que tudo que é falado na Plenária deve ter uma providência.
381 A Conselheira **GISLAINE** registra que participou junto à União das Entidades em Sinop/MT, represen-
382 tando o CAU e a Arquinate, em reunião sobre a nova lei tributária, onde queriam responsabilizar o pro-
383 fissional pelo fato do proprietário não solicitar o Habite-se, pois é obrigação do profissional fazer esse
384 pedido. Relata sobre a primeira semana de aula na UNIC, sobre a importância do Arquiteto e a abrang-
385 gência da profissão e como a visão dos estudantes era de que, Arquiteto projeta casa bonita para a elite
386 e que explicou que uma casa bem pensada, melhora na saúde; e uma cidade bem planejada, ajuda na
387 mobilidade urbana e o tamanho da responsabilidade como Arquitetos. A Conselheira **GISLAINE** relata
388 que o CAU é muito pequeno ainda, mas está crescendo para o caminho correto, fazendo com que isso
389 mude e já verifica essas melhorias. O Convidado **CARLOS** agradece o convite para participar da Reunião
390 Plenária e relata que tomou posse como Suplente, no Conselho Estadual de Cultura no segmento de
391 Patrimônio Histórico Cultural. Aponta que serão feitas parcerias com o CAU e o IAB para contribuir nessa
392 parte cultural da Arquitetura. Informa que no dia de hoje, 12 de Agosto, está sendo comemorado os 201
393 anos do ensino de Arquitetura no Brasil e se preocupa com essa questão, pois muitas faculdades estão
394 substituindo os professores por aulas *online*. Acredita ser um fato triste e que foi vítima dessa substituição
395 e que observa o ensino da Arquitetura sendo deteriorado. O Convidado **CARLOS** manifesta a sua dispo-



396 oportunidade para auxiliar nos trabalhos relacionado aos Arquitetos Pioneiros. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** agradece a visita do professor Carlos e que esse apontamento feito será levado para CEPUA, onde a proposta do trabalho dos Arquitetos Pioneiros está sendo conduzida pelo Conselheiro Benedito Libânio. Aponta que foi magnífica a aula do colega Éder, sua visão de muitas coisas e que concorda em partes, lembrando que a solução democrática são as eleições. Comenta que é a oportunidade de discutir nas chapas. Concorde na frase de que o "Arquiteto vende agregação de renda ao investimento", sendo necessário discutir a importância do projeto arquitetônico de um profissional. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que quando o Convidado Éder utilizou o termo "porcaria", não aceita e comenta que tem certeza que não foi falado com essa intenção, mas como está registrado em Ata, gostaria de manifestar esse desacordo. A Conselheira **ELIANE** relata que chegam 120 processos de Fiscalização para análise, com apenas uma reunião mensal e apenas quatro Conselheiros na Comissão. Aponta que em 2014 foram analisados mais de 300 processos da primeira Gestão, tendo início a análise dos processos da Gestão atual apenas em 2016. A Conselheira comenta que é humanamente impossível analisar todos esses processos, com apenas quatro Conselheiros. Aponta que deve haver paciência, pois os processos serão analisados sim. Relata que solicitou a Coordenadora Técnica a apresentação de um relatório do quantitativo de Fiscalizações realizadas e que para a próxima reunião já esteja tudo esclarecido. A Conselheira **ELIANE** aponta que são apenas 3 Fiscais para as ações de todo o Estado e que sobre o imóvel, relata que houve uma Comissão para a aquisição, apareceram vários imóveis, finalizando em três, precisando de uma Licitação para o andamento da compra. Comenta que o CAU não é desorganizado e que como o Convidado Éder falou, que acha desorganizado, vê como uma ofensa esse tipo de acusação. O **PRE-SIDENTE** relata que a funcionária Cleia está trabalhando com o Termo de Referência para as obras de adaptação do *layout*. O Convidado **ÉDER** relata que o *layout* anterior não contemplava a questão da acessibilidade e isso não significa arrumar apenas um banheiro. Comenta que não gostaria de ficar explicando para um Conselho de Arquitetura, o que seria um projeto de acessibilidade, não queria chegar nesse nível ofensivo. Sugere que o Conselho crie um grupo para visitar as clínicas de reabilitação e conhecer a realidade dessas pessoas, para que faça no Conselho algo que contemple, pois para o deficiente não interessa politicagem e sim, o acesso. Acredita que tem coisas que partem para a desumanidade e que o Conselho cuide com carinho e se o CAU fizer algo de qualquer jeito, vai voltar para reivindicar. Nada mais havendo a relatar, o Presidente **WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE** declara encerrada a reunião às 13:25h, lavrando-se a presente Ata a Assistente Administrativo **EVELIZE DA SILVA BARBOSA** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Wilson Fernando Vargas de Andrade
Presidente do CAU/MT

Evelize da Silva Barbosa
Evelize da Silva Barbosa
Assistente Administrativo